



## PERMANÊNCIA OU RESISTÊNCIA? EIS A QUESTÃO... A ATUAÇÃO DO PROGRAMA MAIS FUTURO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA–CAMPUS ITAPETINGA, 2019.

*Karoline Kétery Alves Barbosa*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*Elizania Costa Silva*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*Arlene Rosa de Santana*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*Daélcio Ferreira Campos Mendonça*

Universidade Federal da Bahia

**Resumo:** Este estudo tem o intuito de analisar o Programa Mais Futuro no âmbito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). No que se refere aos aspectos metodológicos foi realizada uma pesquisa de campo exploratória baseada na abordagem qualitativa. Para a consecução da mesma, adotamos como instrumento a coleta de dados primários e entrevista elaborada em forma de questionário *on-line*, efetuada com estudantes egressos da Universidade. Como aportes teóricos que fundamentaram este estudo, as principais fontes de pesquisa foram os respectivos autores: Bourdieu (1998); Minayo (2001); Andriola (2006); Moura (2006); Martins (1994); Fonseca (2002); Cury (2005); Triviños (1987); Oliveira (2013); Menezes (2012); Maciel;Lima;Gimenez (2016).Na análise documental e dos aparatos legais foram revisados a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), Constituição Federal de 1988(CF/88, art.205), Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005/2014,a Lei nº 12.711/2002, de 29 de agosto de 2012, referentes ao Programa Bolsa permanência Lei nº 13.458, de 10 de dezembro de 2015 e o Decreto nº17.191,de 16 de Novembro de 2016, que por fim regulamenta o Projeto Estadual de Auxílio Permanência. A partir dos resultados obtidos por meio dessa pesquisa é factível a importância do Mais Futuro para auxiliar na permanência e na prevenção da evasão estudantil.

**Palavras chave:** Mais Futuro. Permanência Universitária. Política Pública Educacional.

### Considerações Iniciais

O Projeto Estadual de Auxílio-Permanência Mais Futuro é uma Política Pública Educacional que contempla estudantes das Universidades Públicas Estaduais da Bahia (UESB) que se integram ao Programa Educar para Transformar. Programa este que é uma iniciativa do Governo da Bahia, com o intuito de melhorar a qualidade da educação em todos os níveis de ensino. O Mais Futuro, por sua vez, visa assegurar por meio do auxílio-permanência e estágio, a continuidade dos estudantes que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica.



Este Programa está pautado em três modalidades de perfis são eles: Básico que é voltado para estudantes oriundos de municípios que ficam em até 100 km de distância do local em que estuda o perfil Moradia, que atende os alunos de cidades com distância superior a 100 km do campus de matrícula ou que mudou de domicílio para frequentar o curso, e o Perfil Complementar, que tem foco nos estudantes beneficiários de auxílio a partir das normas por institucionais do estado que se integram as regras que são determinadas de acordo com os perfis Básico ou Moradia. O propósito deste estudo é analisar esta política pública educacional, investigar as leis que regem a mesma, seus objetivos e sua forma de aplicação.

O presente artigo é fruto dos resultados de uma pesquisa de campo que de acordo com Fonseca (2002): caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante etc.) e de cunho qualitativo que de acordo com Minayo (2001) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os dados que foram coletados, em forma de questionário, mostram os fatores que provavelmente são decisivos que podem influenciar, ou não, na permanência dos discentes, partindo também da percepção dos alunos beneficiários do projeto. A pesquisa foi realizada com 20 (vinte) estudantes provenientes de todos os cursos da (UESB), campus Itapetinga, no ano de 2019.

Além desta introdução este trabalho encontra-se pautado em mais 4 (quatro) partes; a primeira com o conceito de Políticas Públicas Educacionais (PPE); a segunda com uma breve reflexão sobre a trajetória do Ensino superior para evasão universitária; a terceira parte trata-se da importância das Políticas Públicas de Permanência nas Instituições de Ensino Superior (IES); no quarto tópico encontra-se a análise de dados fundamentada a partir de entrevistas realizadas; e por fim o quinto tópico onde encontra-se a conclusão do referente artigo.

### **Conceito de Políticas Públicas Educacionais**

As Políticas Públicas Educacionais (PPE) constituem-se através de normas redigidas pelo Estado com intuito de garantir o direito de todos à uma educação de excelência e qualidade



em síntese o objetivo é alcançar a eficiência no desenvolvimento dos estudantes no processo de ensino–aprendizagem.

Definir literalmente Política Pública Educacional (PPE) não é um procedimento simples, pois esta envolve em seu sistema um conjunto de processos e conceitos intrincados e um tanto complexos e com isso somente um método não é suficiente para que se compreenda todo seu mecanismo. De acordo com Clélia Martins (1994) que a define como:

Como processo, ela se revela em cada época histórica, em cada contexto, em cada momento dado da organização dos seres humanos em uma ou várias formas concomitantes da ação humana, como uma dinâmica, uma força motora própria, que impulsiona e diz sua relação com as demais esferas do mundo social. (MARTINS, 1994, p. 8).

Os termos Política Educacional e Educação são semelhantes, entretanto, há como os dissociar, pois a educação ocorre antes mesmo do indivíduo adentrar para a escola, esta acontece de forma natural por meio da convivência em grupos sociais, culturais, religiosos, familiares, dentre outros. A Política Educacional por sua vez caracteriza-se como um processo criterioso e seletivo.

De acordo com a Constituição Federal (1988) no art. 205 decreta que a educação é um direito social de todos e que é dever do estado promover o desenvolvimento dos indivíduos que estão inseridos na sociedade como um todo. Esses direitos são realizados e garantidos também por meio de Políticas Públicas Educacionais que contribuem para o crescimento da sociedade e são criadas para garantir um ensino de qualidade.

Como é estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) que fomenta de acordo com a legislação garantir o direito de acesso à educação. O artigo 3º da LDB decreta que:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da



- legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

É compreensível que as Políticas Educacionais são consideradas como ferramentas usadas pelo Estado para idealizar a formação estimada dos padrões de pessoas que uma sociedade exige logo uma política educacional possui suas intencionalidades e desse modo a educação presume os tipos de homens e mulheres, simultaneamente a política educacional contribui para criá-los, determinando as formas e os conteúdos que são fundamentais para auxiliar na conservação dos diversificados modelos de sociedade. (MARTINS, 1994).

Na sociedade contemporânea a política educacional está relacionada com a indústria cultural, com o propósito de interferir de maneira interiorizada nas formas de pensar, agir e nos costumes de um povo influenciando gerações e é essa certa influência pode acontecer de maneira negativa no processo que forma a subjetividade dos sujeitos.

Por fim entende-se que uma política educacional como todo processo que envolve seres humanos, dispõe de aspectos tanto positivos como negativos, entretanto essa dicotomia é o que faz com que esse processo funcione a fim de atender as demandas sociais, buscando universalizar a igualdade de uma educação eficiente para todos.

### **A Relevância das Políticas Públicas de Permanência**

A palavra permanência tem sua origem do latim (*permanentia = ficar*) que significa ato de permanecer; qualidade ou estado do que é constante ou definitivo. Para que haja uma compreensão mais clara que possa conceituar Políticas Públicas de Permanência, esta pode ser definida como um dispositivo fundamental que fomenta o direito efetivo à uma Educação Superior Pública de qualidade visando garantir esse direito para os educandos que vivem em condições de vulnerabilidade social.

Historicamente a categoria “permanência” no âmbito educacional indica que os estudos sobre esta temática só vieram acontecer no território brasileiro, logo após um considerável crescimento dos cursos e instituições privadas em 1990 e nas instituições de ensino públicas



em meados do ano 2000, onde começaram a pensar em políticas públicas de inclusão para as minorias. Como afirma Cury:

[...] as políticas públicas includentes corrigem as fragilidades de uma universalidade focalizada em todo e cada indivíduo e que, em uma sociedade de classes, apresenta graus consideráveis de desigualdade. Nesse sentido, as políticas inclusivas trabalham com os conceitos de igualdade e de universalização, tendo em vista a redução da desigualdade social (CURY, 2005, p.15).

Neste tópico encontra-se um resumo sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), que teve sua aprovação em 26 de junho de 2014 e possui uma validade de dez anos, porém seu acompanhamento deve ser realizado a cada dois anos, seu intuito principal está pautado em estabelecer diretrizes, metas e estratégias para aprimorar iniciativas educação e tem como objetivo democratizar o ensino em todo o Brasil de acordo com as demandas e precisões de cada localidade.

Este plano encontra-se pautado em vinte metas que englobam todos os níveis de formação do Ensino Infantil ao Superior. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024): a Meta 12 (doze) tem o objetivo de aumentar a taxa bruta de matrículas nas redes de Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 30 % da população entre 18 a 24 anos, fase está em que os estudantes encontram-se na transição do Ensino Médio ao Ensino Superior, sintetizando a intenção dessa meta é reduzir as taxas de desigualdade, entretanto ainda está longe de ser totalmente cumprida.

O Decreto nº 17.191 de 16 de novembro de 2016, que regulamenta a Lei no 13.458, de 10 de dezembro de 2015, determinou o Projeto Estadual de Auxílio Permanência destinado aos estudantes que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia.

O Programa Mais Futuro está inserido neste decreto auxilia inúmeros estudantes baianos a continuarem estudando, minimiza as desigualdades sociais e contribui com o crescimento da educação no Estado.

Inserida na meta 12(doze) encontra-se também a Lei de Cotas, Lei nº 12.711, de 29 de agosto, que reserva no mínimo 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e técnico são destinadas a estudantes oriundos de escolas da rede pública de ensino, e as vagas são preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, seus objetivos vêm sendo alcançados antes mesmo do tempo previsto, por meio das instituições federais de ensino que estão inseridas no sistema.



A ampliação de matrículas na rede superior de ensino não é algo que possa ser resolvido de forma imediata, entretanto há alguns avanços significativos que estão fazendo a diferença mesmo com as taxas de evasão que é um dos problemas que vem se agravando aceleradamente no âmbito educacional, em suma é possível ter uma noção de que falta um engajamento das IES, a fim de elaborar programas que fortaleçam a permanência dos alunos nos caminhos que percorrem rumo a uma formação qualificada, a fim de que se tornem futuros profissionais de excelência.

Essas são algumas das Políticas educacionais de assistência estudantil que influenciam diretamente na trajetória dos alunos, pois agem de forma efetiva a fim de promover a garantia da permanência estudantil. Por meio dessas políticas que visam democratizar a Educação Superior e que são de extrema relevância para que se tenham excelentes condições de permanência, dando oportunidades para que os educandos possam chegar ao fim do curso que optaram com êxito.

### **Da Trajetória ao Ensino Superior para a Evasão universitária**

Ao refletirmos sobre as trajetórias educacionais é possível termos um olhar mais abrangente sobre os desafios enfrentados por alunos antes mesmo do seu ingresso ao ensino superior, desafios estes que fazem parte de incontáveis âmbitos, e que podem ter início antes mesmo do seu nascimento, e é esta a realidade de diversas famílias no Brasil, que vivem em situações de miséria e vulnerabilidade socioeconômica.

Além de enfrentarem um processo seletivo altamente detalhado, que não compete com a realidade social de muitos jovens que ao iniciarem uma vida acadêmica definida como um momento de vitórias, ou seja, um sonho concretizado se deparam com esse período que representa uma fase de mudanças e expectativas que irão conduzi-los ao conhecimento, regado de constantes desafios a serem enfrentados.

Um exemplo pertinente é quando o aluno adentra ao Ensino Superior, em sua maioria na fase de transição para a vida adulta onde precisam trabalhar para o próprio sustento e então por meio de muito esforço e uma luta diária conseguem entrar para a vida acadêmica almejando um futuro melhor, todavia, alguns não conseguem permanecer, pois enfrentam dificuldades para manterem-se na universidade que mesmo sendo pública, gera despesas como transporte, alimentação, materiais de estudo, muitos mudam de cidade em sua maioria estudam em cursos em tempo integral onde não possuem disponibilidade para conciliar estudos e trabalho.



Em consequência dessas problemáticas a evasão universitária acaba sendo gerada e é dessa forma que os educandos sobrevivem, em meio a uma sociedade que sua maioria é fomentada por ideais capitalistas com o intuito principal na reprodução das desigualdades sociais e adapta-se espontaneamente à manutenção do *status quo*, onde a escola por sua vez se torna reprodutora desses ideais arbitrários e impulsionados por injustiças. Bourdieu dizia o seguinte sobre esse sistema escolar:

É provável por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da escola libertadora, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (BOURDIEU, 1998, p. 41).

A Evasão universitária é um fenômeno com grau elevado de complexidade, que acontece com frequência nas instituições de Ensino Superior tanto no Brasil como em outros países. Essa evasão se encontra em evidência e sua relevância se faz presente na sociedade contemporânea, afetando diversos campos como social, econômico, psicológico, dentre outros; caracterizando-se também como um fator em que os estudantes realizam uma suspensão do curso, deixando a instituição, sem finalizar esse ciclo tão relevante. Como apontam Andriola e Moura (2006) que refletem acerca da trajetória dos estudantes à universidade:

O aluno chega à universidade com intenções, objetivos e compromissos institucionais pré-definidos, que variam em função das características demográficas e sociais. Com o tempo, o aluno passa por uma série de interações com o ambiente acadêmico e social da instituição educacional, o que lhe permite, assim, redefinir suas intenções e seus compromissos, o que, em última instância, leva-o a persistir ou a evadir-se. (ANDRÍOLA e MOURA, 2006, p. 366-367)

Sendo assim é possível compreender que as políticas públicas educacionais de permanência estudantil são imprescindíveis para a prevenção e redução de casos de evasão nas Instituições de Ensino Superior (IES).

## **Discussão e Análise de Dados**

As interpelações que corroboram com este estudo são respectivamente sobre a trajetória educacional dos estudantes; características socioeconômicas; em relação ao Programa Mais

Futuro foram feitas perguntas sobre as dificuldades para homologação; sobre a modalidade que estão inseridos; sobre como este programa influencia na permanência; e por fim sobre a questão de concordância dos beneficiários com algumas normas do Mais Futuro. Na fundamentação da análise de dados adotamos o método de triangulação de dados. De acordo com Triviños (1987):

[...] tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. (TRIVIÑOS, 1987, p. 38).

Inicialmente para que se tenha um entendimento mais amplo das trajetórias educacionais dos alunos, com base nos questionamentos sobre o percurso feito por esses estudantes para chegarem à Universidade, concluímos que 60% enfrentaram dificuldades para alcançar o nível superior, os problemas são de naturezas distintas, como dificuldades financeiras, problemas familiares, desistência dos estudos no nível fundamental, dentre outros. Como afirma um dos sujeitos pesquisados:

Nunca imaginei que chegaria a universidade, pois sempre tive dificuldades para estudar, morava longe da escola, e as condições financeiras da minha família, não eram muito boas, então só queria terminar os estudos e começar trabalhar para ajudar em casa (E 1).

A realidade acima é enfrentada por muitos e a ascendência social dos alunos de escola pública influencia nas formas de sobrevivência e na obtenção cultural. De acordo com Bourdieu e Passeron (2015, p. 27): “de todos os fatores de diferenciação, a origem social é sem dúvida aquele cuja predominância exerce-se mais fortemente sobre o meio estudantil”, assim entende-se que é por meio das condições sociais que se constituem uma relação de proximidade ou não com o meio escolar.

Nessa fase buscamos compreender os obstáculos enfrentados pelos estudantes nos trajetos rumo à vida universitária. Foi identificado que a maioria dos alunos entrevistados são provenientes das camadas populares e 80% deles fazem parte da primeira geração da família a entrar para Universidade. Historicamente o acesso ao Ensino Superior no Brasil está pautado em uma dicotomia entre a quebra dos ideais de seletividade social e a continuidade dos padrões de selecionar os que são considerados superiores. Segundo Oliveira (2013):



Esta configuração da educação superior evidenciando ser majoritariamente privada dificulta o acesso e a permanência dos jovens na educação superior, mas a ampliação da oferta de vagas muitas vezes é utilizada para levar ao entendimento de que o acesso depende tão somente do esforço individual. (OLIVEIRA 2013, p. 273)

Neste tópico iremos apresentar os dados sobre o Programa Mais Futuro, no que se trata sobre as modalidades disponibilizadas, 30% dos alunos entrevistados são do perfil Básico e 70% fazem parte do perfil Moradia, não foram registrados alunos no perfil Complementar. Na fase de entrega de documentos para obter a homologação, 10% dos alunos relataram que tiveram algumas dificuldades, entretanto obtiveram êxito no fim do processo.

Neste tópico pode-se ter uma compreensão dos diversos fatores os quais podem beneficiar ou impossibilitar a permanência do aluno na Universidade. Como afirmam os relatos dos sujeitos pesquisados:

O programa Mais Futuro auxilia muito, pois não tenho disponibilidade para trabalhar e estudar se eu for escolher trabalhar não irá restar tempo para os estudos então essa política pública na minha opinião é muito importante. (E 2)

Me ajuda bastante pois por conta da rotina acadêmica não possibilitar estudar e trabalhar e minha família não pode ajudar com as despesas por isso era beneficiária é um incentivo a continuar na universidade.(E3)

Acredito que ajude sim na minha permanência, também por estar desempregada o auxílio do mais futuro se torna muito importante para que eu possa me manter na faculdade. (E3)

Com esse auxílio eu consigo pagar meu transporte para ir à universidade, além garantir minha alimentação. (E4)

Há muitos gastos para permanecer na universidade, principalmente no meu deslocamento para a faculdade que preciso pagar transporte público. (E5)

De acordo com esses relatos podemos compreender a relevância dessa Política Pública de Permanência para que esses alunos continuem o curso no Ensino Superior que atua de forma democrática e de qualidade para todos. Segundo Menezes (2012):

Para efeitos de entendimento sobre o conceito de políticas de permanência estudantil, qualifica-a como sendo um “instrumento fundamental para a efetivação do direito à educação superior pública, gratuita e de qualidade, e de que a democratização do acesso, por si só, não a propicia, principalmente quando se refere a grupos sociais que vivem em condição de subalternidade” (MENEZES, 2012, p.17)



Nesta fase da pesquisa iremos discorrer sobre a percepção dos alunos a respeito das normas que regem essa Política Pública. O Capítulo VIII do Decreto da Lei de Auxílio Permanência refere-se às regras que levam à Suspensão e Cancelamento do Auxílio:

Art. 21 - III - mais de 02 (dois) trancamentos em disciplinas previstas no currículo do curso, não cumulativos com as reprovações previstas no inciso IV deste artigo; IV - reprovação em mais de 02 (duas) disciplinas, não cumulativas com os trancamentos previstos no inciso III deste artigo. (Decreto nº17. 191, de 16 de Novembro de 2016)

Neste tópico sobre o Cancelamento do Auxílio, 80% dos estudantes dizem não concordar com essa regra, segundo eles o fato de reprovar em uma disciplina, na maioria das vezes não significa falta de interesse pelos estudos, geralmente isso ocorre por conta das dificuldades que enfrentam no processo de ensino-aprendizagem, principalmente em matérias de exatas e em cursos com tempo integral pela quantidade de disciplinas por dia sem citar a exaustão mental e física, pois, estudar é uma atividade que requer muito tempo e dedicação. Como afirmam alguns estudantes entrevistados:

Não concordo com esta norma, pois é muito difícil um aluno ficar sem perder em menos de uma disciplina durante todo o curso, principalmente cursos de exatas. (E6)  
Não concordo, se ele perdeu por algum motivo esses devem ser investigados, pois muitos alunos têm dificuldades e se ele está frequente isso deve ser levado em consideração. (E7)

Ao mesmo tempo em que é para auxiliar, incluir, o programa com suas normas excluem, pois muitos discentes dos cursos de exatas acabam reprovando em disciplinas pela dificuldade do curso. (E8)

Levando em consideração os relatos dos educandos e todo o estudo que foi feito é perceptível que essa Política Pública Educacional possui alguns indícios de Meritocracia no que se refere a alguns dos critérios do Programa, mas por outro lado auxilia os discentes a continuarem na Universidade, por fim compreende-se que é necessário algumas inovações para que se possa atender de forma mais viável as demandas dos estudantes que são beneficiários e os que virão a ser, para que possam permanecer até o final do curso com sucesso. Segundo os autores Maciel; Lima; Gomenez (2016):

Permanecer na educação superior e concluí-la são ações determinadas por vários elementos e envolvem recursos humanos e econômicos, conjunto que representa, cada vez mais, esforços institucionais e o desenvolvimento de políticas específicas para favorecer o sucesso dos estudantes da Educação Superior pública (MACIEL; LIMA; GOMENEZ, 2016, p. 761).

## Considerações Finais

Diante dos dados e os estudos metodológicos que foram apresentados neste artigo percebemos a seriedade que representa uma Política Pública Educacional para promover uma Educação de primazia para todos os estudantes. Compreendemos, além disso, que na sociedade contemporânea é preciso cada vez mais a elaboração dessas Políticas em todos os Níveis educacionais.

Esta pesquisa possibilitou um conhecimento, relacionado à vida dos educandos que estão buscando uma formação superior, embora sejam muitos os problemas que inúmeras vezes os fazem pensar em retroceder.

É concebível que a Permanência universitária é relevante, pois consegue assegurar o ingresso desses alunos no meio acadêmico. As bolsas-auxílio promovem a subsistência dos discentes, pois a maioria são provenientes de outras cidades e essa assistência estudantil possibilita condições para fomentar a permanência até a finalização dessa trajetória universitária.

Sendo assim podemos concluir que o Programa Mais Futuro é além de ser uma Política de Permanência é também uma forma de Resistência na vida educacional dos discentes, pois os impasses e obstáculos a serem enfrentados ainda são proeminentes, entretanto muito pode ser feito para o aperfeiçoamento dessa Política Pública Educacional.

## Referências

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Clélia. **O que é Política Educacional**. 2º ed. São Paulo: Brasil Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ZAGO, Nair. **Do acesso de permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares camadas populares**. São Paulo, 2010



SOUZA, Danielle. **O direito à educação e a permanência estudantil na (UFPR): uma análise da política de assistência estudantil.** Paraná, 2010/2014.

DA SILVA; Hellen Cristina Xavier; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira. **Permanência universitária: para além da assistência econômica.** São Carlos, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais - **A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. ISBN 8522402736.

MACIEL, Carina Elisabeth; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; GIMENEZ, Felipe Vieira. **Políticas e permanência para estudantes na educação superior.** RBPAAE, v. 32, n. 3, p. 759 – 781.set/dez 2016.

CURY CRJ. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica.** Cadernos de Pesquisa 2005; 35(124): 11-32.

BORDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente a escola e à cultura.** A In: NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio (orgs.) Escritos de educação: Pierre Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 1998.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; ANDRIOLA, Cristiany Gomes; MOURA, Cristiane Pascoal. **Opiniões de docentes e de coordenadores acerca do fenômeno da evasão discente dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC).** In: ENSAIO. **Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** Vol.14. n 52, p.365-382. Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, João Ferreira et. al. **Avaliação institucional: projetos de auto-avaliação e vinculação entre avaliação, gestão e financiamento.** In: OLIVEIRA, J. F.; FONSECA, M. **Avaliação institucional: sinais e práticas.** São Paulo: Xamã, 2008, p.37-53.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República.

### **Sobre as autoras/autor:**

#### ***Karoline Kétery Alves Barbosa***

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Itapetinga. Membro do Observatório de Políticas Públicas e Gestão Educacional (OBSERVA). E-mail: karolketery@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1732-2685>.

#### ***Elizania Costa Silva***

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Itapetinga. Membro do Observatório de Políticas Públicas e Gestão Educacional (OBSERVA). E-mail: elizania\_costa@live.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0032-5919>

#### ***Arlene Rosa de Santana***

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Itapetinga. Membro do Grupo de Pesquisa (CEPEC). E-mail: arlenesantana.rosa@hotmail.com

#### ***Daélcio Ferreira Campos Mendonça (Orientador)***

Doutor em Educação (UFBA). Mestre em Educação (UFBA). Especialista em Neuropsicologia (IBPEX). Graduado em Pedagogia (UFBA). Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB-Itapetinga). Coordenador do Seminário de Políticas Públicas e Gestão Educacional. Coordenador da Especialização em Políticas Públicas e Gestão Educacional e Coordenador do Observatório de Políticas Públicas e Gestão Educacional-UESB-Itapetinga. E-mail: daelcio.ferreira@uesb.edu.br. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6355-6979>.